



Políticas de crédito produtivo e orientado e o desenvolvimento econômico e social no Território do Mato Grande à luz da Hélice Tríplice

Lúcia de Fátima Lúcio da Costa¹, Denise Cássia da Silva²

¹Doutoranda do Programa de Pós graduação em.....Professora do IFRN. Email:

²Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local. Professora do IFRN. Email:denise.silva@ifrn.edu.br

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar as estratégias de políticas públicas e privadas de fomento ao crédito produtivo e orientado e suas implicações em termos econômicos e sociais no Território do Mato Grande. A pesquisa parte dos aspectos teóricos relativos ao crédito de fomento e sua relação com teoria da hélice tríplice como base para investigação. Dessa forma utilizou a metodologia de análise de conteúdo (BARDIN, 2004) observando as informações fornecidas pelos produtores rurais de abacaxi do Território do Mato Grande. Quanto resultado mais rico da pesquisa se evidenciou falhas estruturantes na aplicação da política de crédito o que, por conseguinte fragiliza o conceito de hélice tríplice na implementação dessa política. Para tanto o estudo buscará identificar as principais alternativas de crédito produtivo e orientado, propostas tanto por políticas públicas como iniciativas do terceiro setor e da iniciativa privada.

Palavras Chaves: Crédito Produtivo, Hélice Tríplice, Território do Mato Grande

1. INTRODUÇÃO

Em 2005 inicia-se o processo de flexibilização em relação a legislação referente ao incentivo de Cooperativismo de Crédito, assim como o aumento do número de correspondentes bancários e dos tipos de serviços prestados, a exemplo, ampliação e consolidação do Programa Crediamigo, é o programa de microcrédito produtivo orientado do Banco do Nordeste que facilita o acesso ao crédito a empreendedores pertencentes aos setores informal ou formal da economia (microempresas, enquadradas como microempreendedor Individual, empresário Individual, autônomo ou sociedade empresária).

Todas essas iniciativas se justificam em função da Criação do Programa de Microcrédito Produtivo Orientado buscando aproximar instituições financeiras e de Microcrédito vinculando outros serviços financeiros ao microcrédito produtivo. O marco legal para o micro crédito produtivo foi a regulamentação para o repasse de recursos dos bancos para instituições de microcrédito - (depósitos especiais e FAT).

Além do das microfinanças voltadas para o crédito rural foram desenvolvidas também programas de crédito para o homem no campo como o PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, programa com subsídios da União, tanto para equalização de taxas de juros quanto cobrir parte dos custos bancários. O PRONAF é um programa do Governo Federal criado em 1995, com o intuito de atender de forma diferenciada os mini e pequenos produtores rurais, que desenvolvem suas atividades mediante emprego direto de sua força de trabalho e de sua

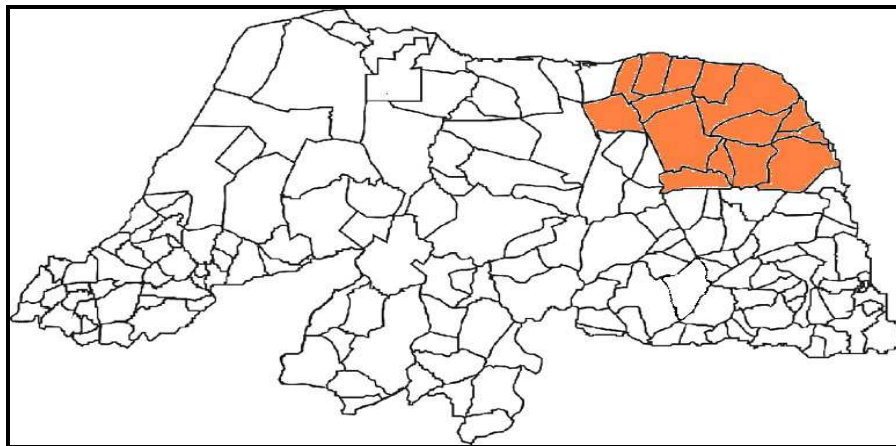
família. O programa é operado principalmente por bancos públicos federais e cooperativas de crédito e se dá basicamente em três categorias: PRONAF A, PRONAF B e PRONAF V (variados).

Todas essas iniciativas de políticas públicas na área de micro finanças tem o propósito de promover o crescimento territorial e regional fazendo com que o crédito produtivo e orientado oportunize melhores condições para as pessoas que sejam micro-empendedoras da área urbana ou rural. Tais iniciativas corroboram para o apoio financeiro necessário para gerar renda para a manutenção familiar, bem como para o crescimento econômico de seus negócios, oportunizando condições de formalização dos negócios e/ou criação de novas empresas. Nessa perspectiva a lei do empreendedor individual, por meio do incentivo fiscal faz com que muitos profissionais e empresas informais possam se formalizar e tivessem a acesso ao crédito de forma orientada para o negócio e não mais sob como crédito pessoal, categoria que apresenta taxa de juros elevados. (ABRAMOVAY, 2004)

Além das iniciativas das políticas públicas voltadas para o incentivo ao crédito produtivo relatadas, emergem no cenário nacional as iniciativas alternativas como as cooperativas de crédito e dos bancos públicos e privados, que iniciam as atividades nas micro finanças. Porém, ainda são incipientes os estudos em torno das implicações geradas, com a utilização de tais recursos para a geração de trabalho, renda e desenvolvimento territorial.

O Território do Mato Grande região de análise dessa investigação, é composto pelos seguintes Municípios: Bento Fernandes, Jandaíra, João Câmara, Maxaranguape, Parazinho, Pedra Grande, Poço Branco, Pureza, Rio do Fogo, São Miguel do Gostoso, Taipú e Touros. (IBGE, 2010).

Figura 1 – Território do Mato Grande



Fonte: IBGE (2010)

De acordo com o estudo realizado Luiz e Ribeiro (2009) o Território apresenta um nível de desenvolvimento sustentável bastante crítico, necessitando de direcionamentos de políticas públicas em todas as dimensões, sobretudo no tange aos aspectos econômicos. A agricultura familiar e comércio são as principais atividades econômicas desenvolvidas pela região, no entanto, as atividades são desenvolvidas de forma isoladas o que proporciona um estacionamento econômico no território.

Do ponto de vista científico a discussão sobre crédito produtivo e orientado tem sido uma abordagem relativamente nova tanto no aspecto do empreendedorismo como nas discussões de políticas públicas.

Desenvolver uma análise sobre os resultados efetivos oriundos da implementação dessas alternativas de fomento a produção, por meio do crédito e suas implicações no território do Mato Grande faz parte desta pesquisa. Para tal, a análise dessa política pública se dará sob a luz da hélice tríplice a qual investiga o papel das Universidades - Governo - Indústria para a sustentabilidade da inovação das melhores práticas (MELO 2004).



Para efeito desse estudo o papel das Universidades está na produção do conhecimento voltada para a produção rural observando o crédito como fomentador das atividades. O aspecto relativo ao Governo envolve as ações desenvolvidas na área de crédito produtivo orientado com as linhas de subsídio a produção rural e quanto ao critério de Indústria, será tomada como base de estudo os produtores de abacaxi do território do Mato Grande.

Dessa forma o trabalho em questão foi desenvolvido por meio de uma pesquisa qualitativa realizada junto aos produtores de abacaxi do Território do Mato Grande evidenciando aspectos das políticas de crédito sob o critério de análise de conteúdo (BARDIN, 2004). Diante desta perspectiva, o presente artigo tem como objetivo analisar as estratégias de políticas públicas e privadas de fomento ao crédito produtivo e orientado implementados no Território do Mato Grande destacando suas implicações no desenvolvimento econômico e social.

2. A CONJUNTURA DA ATUAL POLÍTICA DE CRÉDITO DO BRASIL

A iniciativa de facilitar e ampliar o acesso ao crédito entre os micro-empresendedores formais e informais, no Brasil se intensifica a partir de 1998, segundo dados do Ministério da Fazenda. Visando a geração de renda e trabalho e a ampliação ao acesso aos serviços financeiros (conta corrente, poupança, seguros, créditos) pela população de baixa renda, reduzir as taxas de juros nos financiamentos inclusão bancárias, associando o crédito a outros serviços bancários para a população de baixa renda.

Em conformidade com Siqueira (2001) o intuito desses modelos é alavancar a região para o crescimento econômico, por meio de inovações tecnológicas, assim como criar uma sinergia entre governo/empresas e demais stakeholders (universidades, instituições de pesquisa, entre outros).

Nesse cenário surge a necessidade de criar políticas e ambiente econômico propício para fortalecer e/ou ampliar o empreendedorismo e as micro e pequenas empresas - fonte de desenvolvimento e geração de emprego.

Diante do exposto, Lima (2005) relata a definição de arranjos produtivos locais adotados no Brasil caracteriza-os como aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Reforçam ainda a demanda por política de desenvolvimento regional, criação de outras políticas, como as de apoio e fomento ao trabalho, de geração de emprego e renda, de capacitação profissional e educacional para qualificar o processo de desenvolvimento de Organizações não Governamentais (ONGs).

De acordo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (2006), em 2003/2004, houve uma mobilização tanto intragovernamental quanto governamental para definir uma política nacional de microcrédito, com o intuito de facilitar e ampliar o acesso dos microempresendedores formais e informais ao crédito, visando à geração de trabalho e renda e à redução das taxas de juros nos financiamentos. A partir das articulações no dia 11 de setembro de 2003, foi sancionada a Lei nº. 10.735, que regulamentou o direcionamento dos depósitos à vista captados nas instituições financeiras para as operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempresendedores.

No ano de 2004, o governo editou a Medida Provisória nº. 226, que instituiu o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado, porém, somente em 25 de abril de 2005, a Medida Provisória foi convertida na Lei Ordinária nº. 11.110. O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) com o objetivo de incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempresendedores populares, disponibilizando recursos para o microcrédito produtivo e orientado, bem como oferecer apoio técnico às instituições de PNMPO, visando o seu fortalecimento para melhorar a prestação de serviços ao empresário popular (MTE, 2007).

3. TEORIA DO MERCADO DE CRÉDITO



A discussão sobre a Teoria do Mercado de Crédito possibilita compreender melhor as lacunas existentes na relação entre ofertantes e demandantes de crédito. De acordo com Spolador (2001), a Teoria do Mercado de Crédito ganhou enfoque na década de 1980, com os trabalhos sobre assimetria da informação. Tal teoria abordava a questão que tanto o ofertante quanto o demandante não estão cientes do que realmente está sendo transacionado no mercado, e isso pode levar o comportamento oportunístico pela parte detentora da informação.

O aumento da taxa de juros pode fazer com que os tomadores de crédito avessos ao risco tenham incentivo para sair do mercado, enquanto aqueles mais propensos ao risco permanecem no mercado, levando ao maior risco de incorrer em perdas (SPOLADOR, 2001). De acordo com Hollf e Stiglitz (1990 apud SPOLADOR, 2001), o mercado de crédito enfrenta três problemas com a assimetria da informação:

a) *screening problem* ou problema de seleção, em que a probabilidade de inadimplência pelos tomadores é diferente, acarretando na elevação das taxas de juros. Tal fator pode levar à seleção adversa, uma vez que empreendimentos de alto risco proporcionam maior retorno que empreendimentos de baixo risco;

b) *incentive problem* ou problema de incentivo, em que as fontes financiadoras devem acompanhar os tomadores de crédito em suas atividades para diminuir o risco de inadimplência;

c) *enforcement problem*, que expõe a dificuldade dos tomadores no cumprimento de suas obrigações. Diniz e Arraes (2005) destacam que a responsabilidade limitada para os tomadores pode gerar relutância por parte do financiador em aumentar a taxa de juros acima de determinado nível, “criando um problema de incentivo ao limitar o retorno”. Além disso, tal fato pode estimular o moral hazard, reduzindo o esforço do tomador na responsabilidade de evitar a inadimplência, ou seja, limitar a responsabilidade do tomador pode levá-lo ao descumprimento de suas obrigações.

Em mercados altamente imperfeitos e quando a tecnologia da produção apresenta retornos decrescentes do capital, “a desigualdade afeta o crescimento de forma negativa, pois apresenta efeito adverso dos agentes sobre o capital humano”. Sendo assim, a situação tende a se agravar quanto menos desenvolvido for o mercado de crédito e maior for a separação entre tomador e financiador. Como os pequenos empresários são mais facilmente afetados pelas imperfeições do mercado, seja em consequência do menor acesso às informações, de menor frequência nas transações ou mesmo pelo acesso em condições desfavoráveis, diante desse cenário, existe natural estímulo para o surgimento de organizações de crédito alternativo focadas às necessidades desse público.

Assim, o microcrédito, por sua metodologia voltada ao perfil e às necessidades dos empreendedores e do acompanhamento técnico especializado oferecido, torna-se um mecanismo que busca diminuir a assimetria da informação e desburocratizar o acesso ao crédito, além de favorecer a frequência das transações, fatores demandados na correção das assimetrias existentes e ainda minimizar o problema de incentivo ao garantir o acesso ao crédito de forma orientada possibilitando diminuir a inadimplência

A formação econômica do mundo moderno pode ser caracterizada pela elevação da poupança perante a coletividade, o desenvolvimento tecnológico e o aumento do poder de compra da população (FURTADO, 1998).

O acesso aos serviços de crédito e de depósito é uma maneira de fornecer aos pequenos empreendedores meios para executar um papel ativo na economia (MAES, 2006).

Além de oferecer crédito para a expansão de atividades produtivas e de consumo, percebeu-se também a necessidade de inserir no mercado financeiro a população de baixa renda. Assim, surgiram as microfinanças, que vieram a oferecer serviços de captação de poupança, transações em conta corrente, cartões de crédito, entre outros (SILVA, 2002).



Monzoni (2006) define microfinanças como um conjunto de serviços financeiros, disponibilizados pelas instituições financeiras ou não, para a população de baixa renda e/ou para as microempresas que não têm acesso ao sistema financeiro tradicional.

As microfinanças são consideradas um instrumento importante de geração de renda e redução da pobreza, tornando-se uma estratégia de desenvolvimento econômico e social dentre as políticas públicas. Contudo, não se deve confundir microcrédito com microfinanças, uma vez que o primeiro tem por objetivo fomentar as Micro e Pequenas Empresas, enquanto o segundo, o de oferecer serviços financeiros à população de baixa renda. Dentre as políticas de crédito, o microcrédito é definido por Kuhn (2004) como um meio de acesso a pequenos valores monetários de forma desburocratizada.

Segundo o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE (2004), o microcrédito é a modalidade de financiamento que busca permitir o acesso dos pequenos empreendedores ao crédito. Além disso, aplica metodologia própria voltada ao perfil e às necessidades dos empreendedores, estimulando as atividades produtivas e as relações sociais das populações mais carentes, gerando ocupação, emprego e renda.

Esse cenário vivenciado pelos tomadores de crédito repercute nas dimensões econômicas e sociais, a seguir.

4. A HÉLICE TRIPLICE E SUAS DIMENSÕES

O desenvolvimento econômico e social das regiões demandam uma série de ações do poder público e da iniciativa privada para otimização e articulações das mesmas. Uma série de fenômenos pautados em arranjos e parcerias oferece a sociedade formas alternativas de aperfeiçoar as soluções para os problemas econômicos e sociais. Nesse sentido, as relações entre indústrias, governos e universidades repercutem em diferentes estágios de desenvolvimento e com diferentes interfaces voltadas para os sistemas socioeconômicos nas três esferas institucionais. Cada uma delas passa a assumir transformações internas e novas relações é estabelecida criando organizações híbridas, tais como: centros de tecnologia e incubadoras virtuais.

Nesta dinâmica os meios de comunicação vêm oportunizando transformações tecnológicas e criando novos desafios na busca de novas políticas e de novos meios de organização nos processos de tomada de decisões.

Desde a década de 90 conceitos, tais como: parcerias, redes, sistema regional de inovação, aprendizagem, clusters industriais, dentre outros vêm sendo incorporados e discutidos (MELO, 2004). Surge daí, a necessidade de maior interação entre o setor público, comércio e várias instituições acadêmicas com o objetivo de despertar, criar e disseminar novos conhecimentos.

O conceito da hélice tríplice viabiliza a construção de condições, com vistas a galgar estágios que mais altos, a exemplo, sair do contexto de subdesenvolvimento para o desenvolvimento, de regiões arcaicas para regiões de alta tecnologia, do aproveitamento de recursos deixados atrás de sistemas de inovação que falharam para a o desenvolvimento de redes interativas em sistemas de inovação em transição (YLINENPÄÄ, 2001).

De acordo com Melo (2004, p.5.) essa abordagem pode ser descrita como:

“...a dinâmica da inovação num contexto em evolução, onde novas e complexas relações se estabelecem entre as três esferas institucionais (hélices) universidade, indústria e governo, relações estas derivadas de transformações internas em cada hélice, das influências de cada hélice sobre as demais, da criação de novas redes surgidas da interação entre as três hélices; e do efeito recursivo dessas redes tanto nas espirais de onde elas emergem como na sociedade como um todo.”



No contexto em análise, várias dimensões podem ser identificadas. A gestão da propriedade intelectual existente, no ambiente das Universidades envolve a comercialização da tecnologia, a titularidade de patentes e apresenta um importante papel para o avanço das melhores práticas no ambiente produtivo. Uma outra dimensão abordam as transformações advindas da influência da hélice sobre as demais. A Lei da Inovação, em tramite no senado brasileiro, favoreça uma maior colaboração das universidades com a inovação industrial. O setor produtivo de uma forma geral é um dos fatores que mais tem a contribuir e receber contribuições desse tido de arranjo haja vista que ele tema força motriz para executar em escala industrial o reflexo do esforço feito pelas Universidades com o apoio da Gestão Pública (MELO, 2004).

A interação entre esses agentes viabiliza a geração da quarta dimensão que trata dos efeitos recursivos das redes nas espirais de onde eles surgem, assim como, na sociedade como um todo. Dessa forma, os arranjos organizacionais traduzidos em redes, consórcios e parcerias canalizam a orientação da forma sob a qual cada uma das hélices envolvidas deverá atuar de forma a maximizar a capacidade de atuação desenvolvimento de determinado setor com vista a resposta para a sociedade. Etzkowitz (2002 apud MELO, 2004) apresenta algumas formas organizacionais sob as quais essa interação entre governo, indústria e universidades pode ocorrer a luz da abordagem da Hélice Tríplice:

- Redes e arranjos organizacionais são um dos principais fenômenos da gestão oriundos dessas iniciativas de conciliar as três esferas. Em virtude da dinâmica entre os agentes da Hélice Tríplice ocorrem políticas de inovação em níveis nacional, sub-nacional e trans-nacional;

- Invenções de novos arranjos sociais se tornam tão importantes quanto a criação de dispositivos físicos. Dito de outro modo, entende-se que a boa condução de um projeto inovador que permita a melhor execução de uma política pública, pautada na execução da iniciativa privada e envolvendo as melhores práticas tecnológicas oriundas das universidades, são mais salutares que a estruturação de órgãos fixos que não tenha tamanho nível de abrangência;

- Meios de interação que ligam as esferas institucionais e aumentam o caminhar da inovação promovendo dinâmicas interagindo: a do modelo linear de transferência de conhecimento suplementado com transferência de tecnologia e a do modelo linear reverso tendo inicio em problemas sociais e industriais provendo pontos de partida para novos programas de pesquisa / resultando na emergência de um modo interativo de inovação;

- Novas formas de capital são criadas com base em interações sociais e atividades intelectuais. Capitais tangíveis e intangíveis são promovidos de forma que haja uma alavancagem mútua para a promoção de determinado objetivo. Assim, levanta-se capital financeiro com base em capital acumulado, intelectual e social. Na medida em que firmas se relacionam com universidades e governo, necessidades se redefinem em termos de capital humano, social e intelectual;

- Universidades podem ser utilizadas tanto para adaptar tecnologias avançadas para resolver problemas locais como para transferir invenções locais para fora.

Assim a abordagem da hélice tríplice pode ocorrer de muitas forma de forma que a sociedade tenha um resultado mais rápido e significativo das ações fruto da dinâmica, isso no entanto não implica dizer que essa relação seja estanque e prevista dentro de um arranjo produtivo ou consórcios. Muitas vezes a ação das três esferas está estabelecido através ações articuladas e apesar dessa articulação ainda se encontra dificuldades e gargalos a serem sanados.

Para efeito desse estudo tomou-se como base a política de crédito produtivo e orientado como a principal ação do governo. No setor produtivo (a indústria) observou como o produtor rural tem percebido a aplicação dessa política para geração de emprego e renda. E as instituições de pesquisa voltadas principalmente para área rural que além das Universidades e Institutos apresentam o trabalho de pesquisa para o homem do campo.



5. ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE CRÉDITO DO MATO GRANDE E A HÉLICE TRÍPLICE

O sistema de microcrédito para os agricultores, produtores de abacaxi, que pertencem a uma cooperativa agropecuária, localizada no Território do Mato Grande, parece se mostrar deficitário. Em linhas gerais o que se observa é que a seção do crédito ocorre dentro das diretrizes nacionais de taxas de juros abaixo do mercado com carência para pagamento, no entanto o relacionamento entre os agentes financeiros e os tomadores de crédito é meramente burocrático, o que descaracteriza o crédito orientado e aumenta os problemas com a assimetria da informação abordados por Hollf e Stiglitz (1990 apud SPOLADOR, 2001).

Isso significa dizer que de acordo com os princípios de crédito produtivo e orientados, pode-se considerar as linhas de crédito de fomento a produção rural como produtivas de direito, mas não de fato haja vista a falta de aplicação dos recursos na produção agrícola, além disso, no que se refere ao crédito orientado percebe-se que nem a nível de diretrizes nacionais isso não vem ocorrendo.

Nesse sentido o que se observa é que as diretrizes de políticas de crédito são desenvolvidas de uma maneira desconexa com a realidade dos produtores rurais. Dito de outro modo percebe-se há uma diretriz governamental que orienta para que os produtores tenham acesso ao dinheiro, essa distribuição de crédito ocorre envolvendo instituições financeiras públicas e privadas, que distribuem os recursos a taxas de juros subsidiadas, envolvendo prazos de carência.

Mas embora o crédito respeite todos esses aspectos normativos o gargalo observado é de que não há uma orientação na forma sob a qual se deve aplicar o crédito. Corroborando para a hipótese de que o crédito é produtivo sob seu aspecto normativo, porém não é orientado sob seu aspecto pragmático.

Além disso, a excessiva burocracia e a dificuldade de interação entre a comunidade produtora e as instituições financeiras dificultam a tramitação da operação de crédito em si. Dito de outro modo, até os aspectos meramente burocráticos, que não é o foco do crédito produtivo, muitas vezes são negligenciados.

Dessa forma percebe-se que considerando os aspectos da dimensão de participação do governo, dentro da perspectiva da hélice tríplice, ao estudar os fenômenos relativos ao crédito produtivo, a política está sendo implementada através de instituições privadas e pública que tratam a problemática da produção agrícola familiar como mais um produto de crédito qualquer oferecido instituições financeiras, sem respeitar as particularidades necessárias a atividade de fomento, que é de desenvolver o segmento de atuação

Um dos aspectos evidenciados pelos agricultores é a ocorrência de inadimplência nas operações passadas que desencoraja os produtores para novas operações, visto que os empréstimos cedidos anteriormente eram tomados através de aval solidário. A inadimplência em questão pode ser considerada a “ponta do ice-berg” da forma sob o crédito produtivo tem sido conduzido na região. O não acompanhamento da aplicação devida dos recursos oportunizou condições de que os produtores tornassem esse crédito produtivo em crédito de consumo e, por conseguinte não tivesse o retorno do investimento necessário para sua subsistência e para o pagamento da parcela. Assim, mesmo as pessoas que fizeram a devida aplicação e que pagaram o empréstimo em dia foram prejudicadas já que a operação demandava aval solidário cruzado. Evidencia-se nesse fato perverso que o não acompanhamento da operação de crédito além de gerar problemas para os produtores que não tinha devida orientação de como aplicar o dinheiro, também penaliza a instituição financeira que não tem o retorno do capital investido. Sob a óptica da hélice tríplice essas instituições têm um papel importantíssimo de orientação de aplicação do recurso financeiro.

Mas a orientação na perspectiva de crédito produtivo na área rural vai além. Segundo os produtores não basta apenas a noção de aplicação financeira se não há uma relação direta com a cultura cultivada. Assim órgãos financiadores agrícolas, como o Banco do Nordeste e o Banco do



Brasil, ou da parte de órgãos de pesquisa na agricultura e pecuária como a EMPARN, EMBRAPA, EMATER, precisam desenvolver suas ações de formas interligadas.

Um aspecto bem particular, mas básico neste caso é a questão dos períodos de plantio e de colheita, devido ao processo burocrático, muitas vezes o recurso chega a mão do produtor rural fora do tempo de plantio o que oportuniza condições para que ele aplique o dinheiro de forma incorreta. Dessa maneira mais do que uma orientação financeira é necessário ainda um cronograma de crédito alinhado a cada tipo de cultura e que se tenha orientação das melhores práticas da cultura alinhando o discurso com as instituições de pesquisa como as Universidades, órgãos como a EMPARN, EMBRAPA, EMATER, nesse sentido o aspecto de desenvolvimento do estudo de melhores práticas para as culturas seria o papel (a hélice) preponderante das instituições de pesquisa.

Devido a essa problemática, para se regularizar no sistema crediário, o agricultor acaba recorrendo a uma repactuação com os bancos. Caso fosse realizado um acompanhamento devido dos órgãos de assistência à produção agrícola, não seria necessária a repactuação e o rendimento seria maior do que o recebido. Dessa forma, eles teriam uma aplicação mais rentável.

Segundo produtores: “Nós os convidamos para vir olhar a roça e eles não vem”. “Ele só vem olhar a roça se for de um grande produtor”, Para justificar as causas dessa má assistência por parte do Bando do Brasil, são, apenas, quatro funcionários na agência E para assistir os municípios: São Miguel do Gosto, Touros e Rio do fogo.

Já com relação ao Banco do Nordeste, nos últimos anos, vem investindo na região estudada. Entretanto, a presença do banco junto ao agricultor restringe-se ao período de negociação do crédito, o que ele chama de “apresentação de propostas” e de verificação de que o agricultor tenha implementado a cultura como mera auditoria e não orientação.

6. CONCLUSÕES

A análise de como vem se aplicando as teorias que regem o microcrédito do Brasil a luz da hélice triples permitiram reconhecer uma série de aspectos a ser resolvidos para a melhor condução do setor produtivo, agricultura familiar do território do Mato Grande.

O que se pode observar nesse estudo é que a política de crédito de fomento no país tem sido desenvolvida de forma burocrática e mal aplicada, o que gera a inadimplência e um retorno irrisório a produção da agricultura familiar e por conseguinte o baixo desenvolvimento do Território do Mato Grande em análise. Nessa perspectiva podem-se considerar três as principais contribuições observadas nessa pesquisa:

a) A burocracia dentro da perspectiva de crédito de fomento cria verdadeiras anomalias ao processo que gera um efeito rebote contrário a proposta do crédito produtivo e orientado, ou seja, em vez de gerar mais condições de produção de geração de renda oportuniza o endividamento e a inadimplência, nesse caso é oportuno ser reavaliado pelo governo a forma como as diretrizes normativas de baixos juros e carências possam ser operacionalizadas observando os aspectos da orientação do crédito em si;

b) As instituições financeiras que participam do processo de fomento da agricultura rural precisam desenvolver competências específicas para aprimorar o relacionamento com o público tomado de crédito em questão. É preciso além de analisar o crédito na seção é necessário acompanhar como o recurso está sendo aplicado. Isso significa dizer que seus clientes precisam ser monitorados enquanto produtor não fiscalizado em relação ao plantio;

c) As instituições pesquisadoras como Universidade, Institutos, EMPARN, EMBRAPA, EMATER precisam trabalhar de forma conjunta as instituições financeiras para que o crédito de fomento respeite a cronologia e as particularidades de plantio colheita de cada cultura.



Assim entende-se que abordagem de crédito e da hélice tríplice está presente dentro do objeto em estudo, porém ainda demanda uma série de articulações mais madura que permita que a interação entre os agentes produzam melhores condições de desenvolvimento das atividades no campo.

Dessa forma entende-se que o setor produtivo em análise, os produtores de agricultura familiar do território do Mato grande, poderão desenvolver a região de forma mais direcionada e efetiva diminuindo os efeitos perversos encontrados no processo de crédito produtivo e orientado de forma que essa política pública possa cumprir seu papel de fomentador respeitando, para efeito desse estudo, os aspectos do Governo – Universidade (instituições de pesquisa)-e Indústria (setor produtivo) na evolução do relacionamento da Hélice Tríplice em análise.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo e José Eli da VEIGA – **Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) – IPEA – Texto para Discussão 641** – Brasília. 1999.

ABRAMOVAY, Ricardo – **Laços financeiros na luta contra a pobreza** – Annablume/FAPESP, São Paulo. 2004.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Edições 70. Lisboa, 2004

BITTENCOURT, Gilson A. – **Microcrédito e Microfinanças no Governo Lula – Apresentação extraída** em 26/09/05 do site: www.fazenda.gov.br – Brasília/DF. 2005.

BITENCOURT, MAGALHÃES, ABRAMOVAY. PESQUISA & DEBATE, SP, volume 16, número 2(28), pp. 203-248, 2005.

CARVALHO, Carlos E. e ABRAMOVAY, Ricardo **O difícil e custoso acesso ao sistema financeiro – in SANTOS, Carlos Alberto – Sistema Financeiro e as pequenas empresas – Diagnósticos e perspectivas** – SEBRAE – Brasília pp. 17-45. 2004.

COELHO, Vera S. R.; SQUEFF, Gabriel C.; HERNANDEZ, José L. e PEREIRA, Luciano— **Desenvolvendo mecanismos de inclusão social na região metropolitana de São Paulo** – Alternativas de geração de emprego e renda – CEBRAP – mimeo, São Paulo. 2003.

DINIZ, M. B; ARRAES, R. A. **As estimativas de pobreza no Brasil estão superestimadas?** Anais do 11º Encontro Nacional de Economia Política. Vitória, 2005.

ETZKOWITZ, H.; MELLO, J.M.C. The rise of a triple helix culture: innovation in Brazilian economic and social development. **International Journal of Technology Management & Sustainable Development**. V2 N3, 159-171. 2004.

MAGALHÃES, Reginaldo. **Planejamento de serviços financeiros para famílias de baixa renda** – in Abramovay, org. – pp. 217-246. 2004.

MELO, José Manoel Carvalho. A abordagem da Hélice Tríplice e Desenvolvimento Regional. **II Seminário Internacional de Empreendedorismo: Pequenas e Médias Empresas e Desenvolvimento Local**, Rio de Janeiro, n. , p.14-20, 02 abr. 2004. Anual.

SPOLADOR, H. F. S. **Reflexões sobre a experiência brasileira de financiamento da agricultura**. (Dissertação de Mestrado), Piracicaba: ESALQ/USP, 2001.

YLINENPÄÄ, H. Co-operation, Trust and Triple Helixes in a Northern Dimension', paper presented at the **“Think-tank seminar on the Northern Dimension and the Future of the Barents Euro-Arctic Co-operation”** in Björkliden Mountain Centre, Swedish Lapland, June 14–17. 2001.